

**Planejar pela paisagem:
A contribuição de Rosa Grena Kliass no Plano da Paisagem Urbana de São Luís – MA
(2004)**

SESSÃO TEMÁTICA: ET3 – Dimensão biofísica do projeto, do planejamento e da gestão da paisagem.

Denise Rodrigues Santiago
Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: denisesantiago.arq@gmail.com

Glauco de Paula Coccozza
Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: glauco.coccozza@ufu.br

Karenina Cardoso Matos
Universidade Federal do Piauí
E-mail: karenina@ufpi.edu.br

RESUMO

O artigo analisa o Plano da Paisagem Urbana de São Luís-MA (2004), coordenado por Rosa Grena Kliass, como marco metodológico na consolidação da dimensão biofísica do planejamento da paisagem na capital maranhense. O estudo discute a concepção do plano, suas etapas metodológicas e seus principais produtos, destacando como a leitura da estrutura ecológica e morfológica da ilha de São Luís antecipou princípios contemporâneos de infraestrutura verde e resiliência urbana. A metodologia baseou-se em análise documental e cartográfica das cartas temáticas e diretrizes do plano, complementada por revisão bibliográfica sobre a trajetória de Kliass e as teorias do planejamento da paisagem. Os resultados evidenciam que a proposta de Kliass estruturou o ordenamento territorial a partir da compatibilização entre meio físico e uso social, reconhecendo a paisagem como instrumento de mediação entre natureza e cidade. O trabalho reafirma a atualidade dos fundamentos do plano frente aos desafios ambientais contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento da paisagem; Rosa Kliass; Plano da Paisagem Urbana; São Luís-MA.

ABSTRACT

The article analyzes the Urban Landscape Plan of São Luís, Maranhão (2004), coordinated by Rosa Grena Kliass, as a methodological landmark in consolidating the biophysical dimension of landscape planning in Brazil. The study discusses the plan's conception, its methodological stages, and its main outputs, highlighting how the reading of the ecological and morphological structure of São Luís Island anticipated contemporary principles of green infrastructure and urban resilience. The methodology was based on documentary and cartographic analysis of the plan's thematic maps and guidelines, complemented by a literature review on Kliass's trajectory and on landscape planning theories. The results indicate that Kliass's proposal structured territorial planning through the compatibility between the physical environment and social use, recognizing landscape as an instrument of mediation between nature and the city. The work reaffirms the relevance of the plan's principles in light of contemporary environmental challenges.

KEYWORDS: Landscape planning; Rosa Kliass; Urban Landscape Plan; São Luís-MA.

1 INTRODUÇÃO

Devido à sua complexidade e relevância, a paisagem é abordada por diversos autores a partir de múltiplos conceitos e metodologias, não podendo ser reduzida a uma única concepção (STILGOE, 2015). Para Milton Santos (2008), a paisagem é construída de modo acumulativo, refletindo as lógicas sociais e econômicas de diferentes períodos, ou seja, um território marcado por múltiplas camadas de história e sentidos. Cada forma material presente no território expressa heranças de processos históricos, de modo que o espaço é a paisagem animada pela vida que nele ocorre. Essa leitura permite compreender São Luís, capital do estado do Maranhão, como um território cuja morfologia insular resulta de sucessivas camadas de ocupação e transformação, nas quais natureza e cultura se entrelaçam.

Na mesma direção, Macedo (1993) entende a paisagem como produto e sistema: produto, por resultar de um processo social de ocupação e gestão do território; e sistema, porque toda ação humana sobre ela provoca reações e transformações morfológicas, parciais ou totais. Essa concepção reforça a paisagem como estrutura dinâmica e interdependente, articulando dimensões ecológicas, morfológicas e sociais, fundamentos que orientaram o Plano da Paisagem Urbana de São Luís (2004), coordenado por Rosa Grena Kliass.

Ampliando esse entendimento, a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (2010), por meio da Carta Brasileira da Paisagem, define a paisagem como a combinação indissociável dos componentes abióticos, bióticos e socioculturais, que constituem sua dimensão material, articulados ao componente imaterial, expresso pela capacidade de percepção humana que atribui sentido, valor e significado estético ao território. Essa formulação reconhece que a paisagem integra não apenas elementos físicos, mas também dimensões sensoriais, simbólicas e afetivas, que vinculam o espaço à experiência humana e à identidade coletiva. Assim, a paisagem configura-se simultaneamente como suporte ecológico, produto histórico e campo de significações, sendo ao mesmo tempo objeto de planejamento técnico e expressão cultural de pertencimento.

Essas perspectivas teóricas convergem para o princípio de que planejar pela paisagem significa compreender o território como sistema vivo, em constante interação entre natureza e sociedade. É sob essa ótica que o Plano da Paisagem Urbana de São Luís (IMPUR/IPLAM, 2004) foi concebido, ao propor a leitura da cidade a partir de suas condicionantes biofísicas e de sua estrutura ecológica, integrando valores ambientais, históricos e culturais em um único instrumento de planejamento.

A análise do documento evidencia a recorrência de conceitos que estruturam sua proposta metodológica, como paisagem, planejamento, conflitos, drenagem, potencial, qualidade de vida e requalificação. Esses termos expressam a preocupação em compreender o território a partir da relação entre suas características biofísicas e os processos de ocupação urbana, evidenciando a paisagem como elemento articulador entre natureza e cidade. Nesse sentido, tais conceitos não aparecem de forma isolada, mas constituem um conjunto coerente que orienta a leitura e a proposição do plano.

A Figura 1 sintetiza essa recorrência conceitual, funcionando como representação ilustrativa dos principais eixos temáticos presentes no documento. Esses termos traduzem a essência ecológica e territorial do documento, antecipando discussões atuais sobre infraestrutura verde e resiliência urbana.

Figura 1 – Termos recorrentes do Plano da Paisagem Urbana de São Luís - 2004



Fonte: elaborada pelos autores (2026).

Nesse contexto, o Plano da Paisagem Urbana de São Luís (2004) representa um marco de grande relevância no planejamento da paisagem brasileira, ao introduzir a paisagem como categoria estruturante do território e articular condicionantes físicos, ambientais e sociais no modelo metodológico.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar o Plano da Paisagem Urbana de São Luís, destacando: a) sua concepção metodológica no campo do planejamento da paisagem; b) as contribuições de sua aplicação no contexto urbano e ambiental da capital maranhense; e c) a atualidade de seus princípios frente aos desafios contemporâneos.

2 ROSA KLIASS E A EXPERIÊNCIA DO PLANO DA PAISAGEM URBANA DE SÃO LUÍS

A arquiteta e urbanista Rosa Grena Kliass (São Roque, 1932) é reconhecida como uma das principais referências na consolidação da arquitetura paisagística brasileira. Formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) entre 1951 e 1955, iniciou sua trajetória profissional participando, com o arquiteto Jorge Wilhelm, da elaboração de diversos planos urbanísticos, entre eles o de Curitiba (1965–1966), no qual foi responsável pelas áreas verdes (Kliass, 2019).

Sua carreira consolidou-se pela atuação em múltiplas escalas, desde o planejamento regional até a concepção de parques urbanos, e pela defesa da paisagem como instrumento técnico e político de ordenamento territorial. Entre seus trabalhos mais emblemáticos estão o Plano de Áreas Verdes de São Paulo (1967–1969), a requalificação do Vale do Anhangabaú, o Parque das Águas em Belém, o Parque Memorial Madeira-Mamoré e o Parque da Juventude, este último premiado na Bienal Internacional de Arquitetura de Quito (2004) (Kliass, 2019) (Figura 2).

Figura 2: Trabalhos emblemáticos da Rosa Kliass



Fonte: Archdaily, modificado pelos autores (2026).

Além de sua produção projetual, Kliass desempenhou papel central na institucionalização do paisagismo no Brasil, ao fundar a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) em 1976 e presidir o XVI Congresso Mundial da IFLA em 1978, em Salvador, eventos que consolidaram o reconhecimento da profissão em âmbito nacional e internacional (Sanches; Ruggiero; Schenk, 2022).

A arquiteta também se destacou pela atuação docente, introduzindo o ensino de paisagismo na Universidade Mackenzie na década de 1970, momento em que buscava sistematizar o pensamento paisagístico como disciplina integrada ao urbanismo. Essa articulação entre ensino, teoria e prática consolidou sua influência sobre a formação de profissionais e pesquisadores da área (Sanches; Ruggiero; Schenk, 2022).

Sua longa trajetória foi marcada pela ética e pela integração de saberes sobre a paisagem, mobilizando profissionais de diversas áreas, como da geografia, urbanismo e botânica, e reforçando a natureza multidisciplinar do campo. Sua prática foi guiada por uma “ética da paisagem”, conceito que ultrapassa o desenho físico do espaço e inclui a responsabilidade com a sociedade e com o meio ambiente. Essa postura orientou tanto seus projetos quanto sua atuação política e institucional (Sanches; Ruggiero; Schenk, 2022, p. 97).

Entre 2002 e 2004, elaborou o Plano da Paisagem Urbana do Município de São Luís, e constituiu uma das experiências mais expressivas da aplicação prática dos princípios de Rosa Grena Kliass. Sua atuação na capital maranhense reafirma um legado que transcende o projeto em si, contribuindo para consolidar o campo da paisagem como instrumento de leitura, ordenamento e transformação do território brasileiro (Sanches; Ruggiero; Schenk, 2022).

3 O PLANO DA PAISAGEM URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS (2004)

3.1 Concepção e objetivos

Elaborado sob a coordenação técnica de Rosa Grena Kliass, em parceria com o Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR), o Instituto de Planejamento (IPLAM) e a Oikos Arquitetos Associados, o plano propôs integrar natureza, cultura e urbanização em uma mesma leitura do território.

A proposta central do plano da paisagem de São Luís estrutura-se a partir de um conjunto de questões orientadoras que buscam compreender a relação entre as características físicas do território e as formas de ocupação urbana. Nesse sentido, o plano procura responder a três questões fundamentais: onde não ocupar, onde ocupar e como ocupar. Essas questões sintetizam a intenção de estabelecer critérios e diretrizes para o uso e a ocupação do solo, considerando as características físicas e ambientais do município (Figura 3).

Figura 3: Perguntas norteadoras do Plano da Paisagem Urbana de São Luís (2004)



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A concepção, então, parte do reconhecimento de que São Luís é uma cidade insular, cuja morfologia combina planícies fluviais, áreas de várzea, encostas e penínsulas, compondo um mosaico terra-água que condiciona o desenvolvimento urbano e define os limites de expansão.

Dessa forma, o plano busca um modelo de urbanização compatível com os ecossistemas locais, promovendo a valorização dos aspectos naturais, históricos e culturais de São Luís e o fortalecimento da identidade paisagística da cidade. A paisagem é, portanto, tratada como categoria estruturante do planejamento, entendida como síntese das relações entre natureza e cultura, entre o meio físico e a ocupação humana.

3.2 Metodologia aplicada no Plano

A metodologia adotada por Rosa Grena Kliass e sua equipe segue uma estrutura clássica de planejamento da paisagem em quatro etapas, cada uma orientada por objetivos específicos e produtos técnicos correspondentes (Figura 4).

Figura 4: Etapas metodológicas do Plano da Paisagem Urbana de São Luís (2004)

Inventário	Levantamento físico e ambiental abrangendo relevo, drenagem, cobertura vegetal, uso e ocupação do solo, patrimônio cultural e natural, e a legislação vigente.
Análise	Interpretação das inter-relações entre os fatores naturais e antrópicos, com a definição de áreas de maior ou menor vulnerabilidade ambiental e de diferentes graus de complexidade.
Diagnóstico	Identificação dos principais problemas e potencialidades, destacando as áreas de risco e os recursos paisagísticos relevantes, como manguezais, dunas, encostas, várzeas e mirantes.
Proposta	Formulação de diretrizes gerais e específicas, incluindo planos setoriais, zoneamento paisagístico e projetos estruturantes voltados à recuperação e à valorização ambiental.

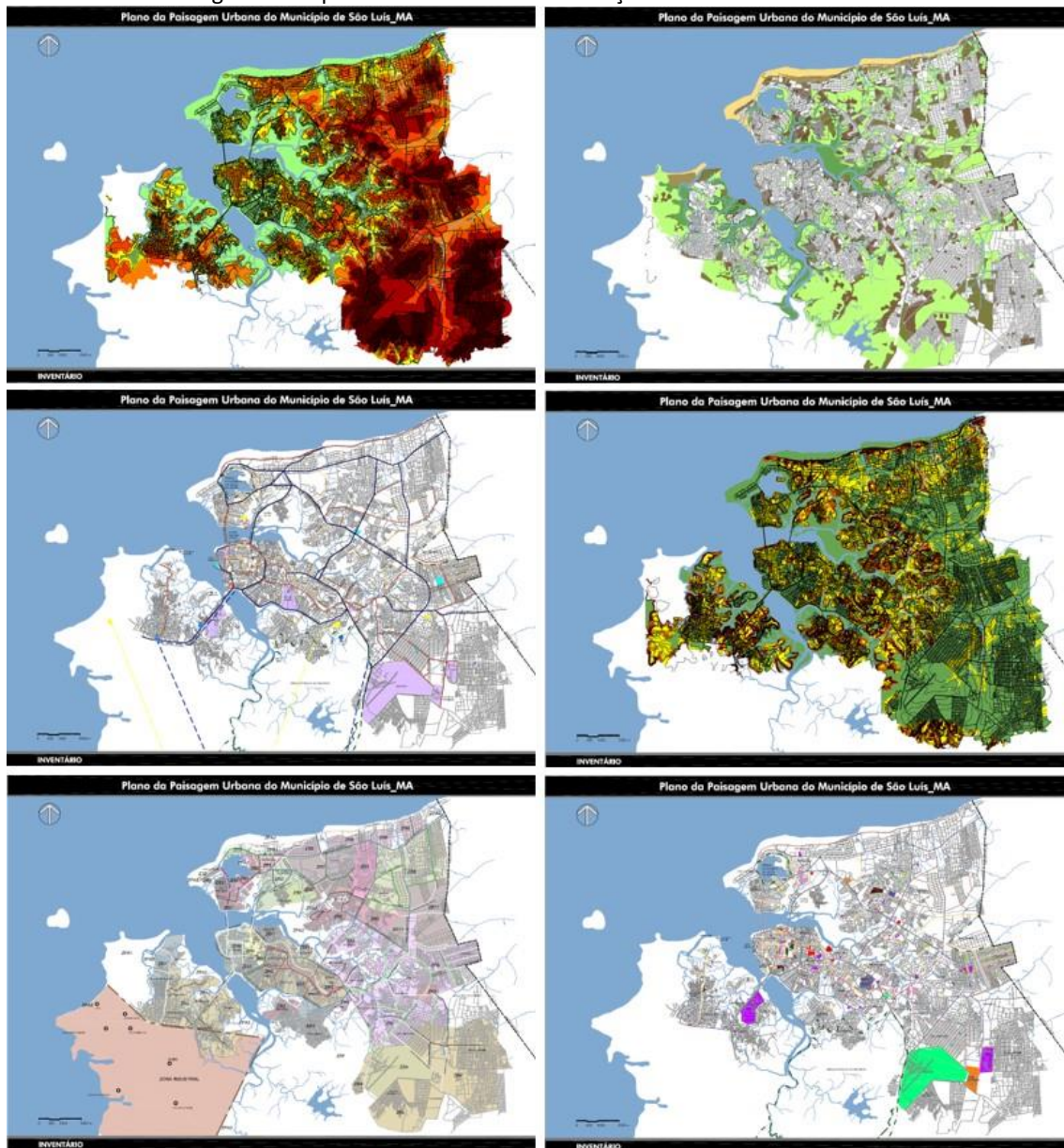
Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Inicialmente, a etapa de inventário consistiu no levantamento das características físicas e ambientais do território, abrangendo aspectos como relevo, drenagem, cobertura vegetal, uso e ocupação do solo, patrimônio cultural e natural, além da legislação vigente. Em seguida, a etapa de análise buscou interpretar as inter-relações entre os fatores naturais e antrópicos, permitindo a identificação de áreas com diferentes níveis de vulnerabilidade ambiental e graus de complexidade.

A etapa de diagnóstico concentrou-se na identificação dos principais problemas e potencialidades do território, destacando áreas de risco e elementos paisagísticos relevantes, como manguezais, dunas, encostas, várzeas e mirantes. Por fim, a etapa propositiva envolveu a formulação de diretrizes gerais e específicas, incluindo planos setoriais, zoneamento paisagístico e projetos estruturantes voltados à recuperação e valorização ambiental.

O processo de elaboração envolveu a produção de cartografias temáticas, nas quais foram representados aspectos fisiográficos, bacias hidrográficas, cobertura vegetal, uso e ocupação do solo, sistema viário e demais elementos da estrutura territorial (Figura 5).

Figura 5: Mapas temáticos sobre as condições biofísicas de São Luís.



Fonte: IMPUR/IPLAM, adaptado pelos autores (2026).

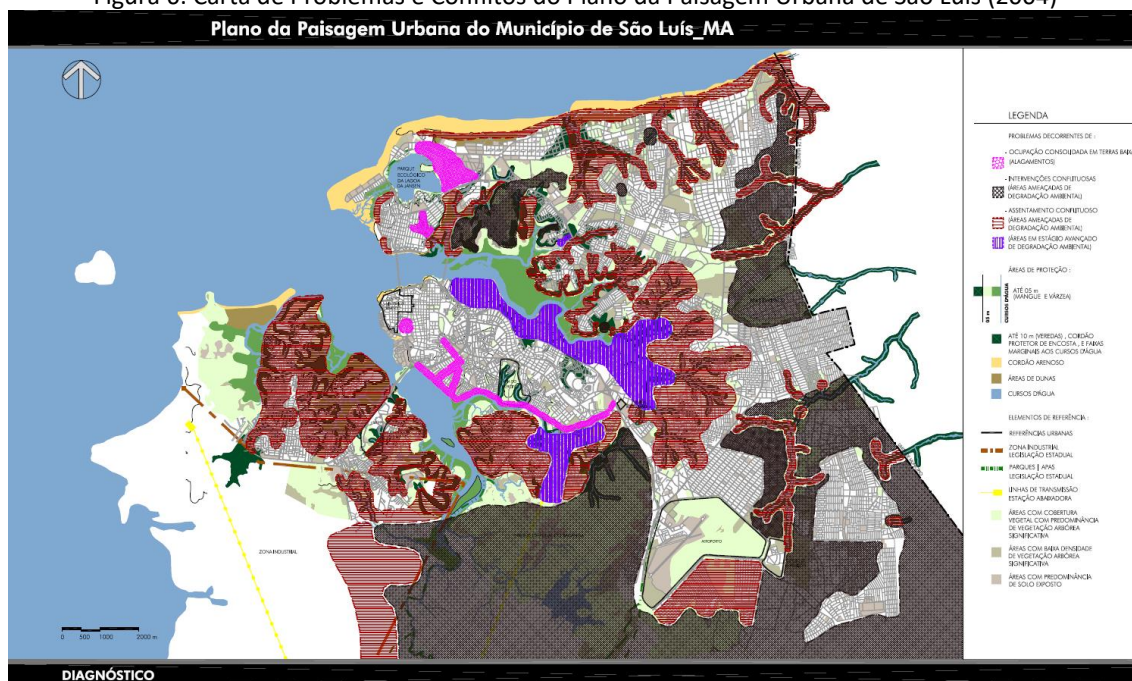
Esses mapeamentos permitiram uma leitura integrada do território, evidenciando as relações entre os componentes naturais e as formas de ocupação urbana, bem como as áreas de maior sensibilidade ambiental e os padrões de organização espacial da ilha. As análises dessas cartas possibilitaram compreender o funcionamento do sistema ambiental de São Luís e subsidiar as decisões de planejamento.

3.3 Diagnóstico: problemas e conflitos

O Plano da Paisagem Urbana do Município de São Luís (IMPUR/IPLAM, 2004) identificou, a partir da análise integrada dos aspectos físicos, ambientais e sociais, um conjunto de problemas e

conflitos territoriais que comprometem a qualidade ambiental e paisagística da ilha. Essa leitura, sistematizada na Carta de Problemas e Conflitos, resultou da sobreposição das informações obtidas nas etapas de inventário e análise, evidenciando a relação direta entre as condições naturais e os processos de ocupação urbana (Figura 6).

Figura 6: Carta de Problemas e Conflitos do Plano da Paisagem Urbana de São Luís (2004)



Fonte: IMPUR/IPLAM, adaptado pelos autores (2026).

O mapa temático sintetiza as áreas mais críticas do território de São Luís, destacando situações de conflito entre a expansão urbana e as fragilidades ambientais. Dentre os principais problemas registrados, o documento aponta:

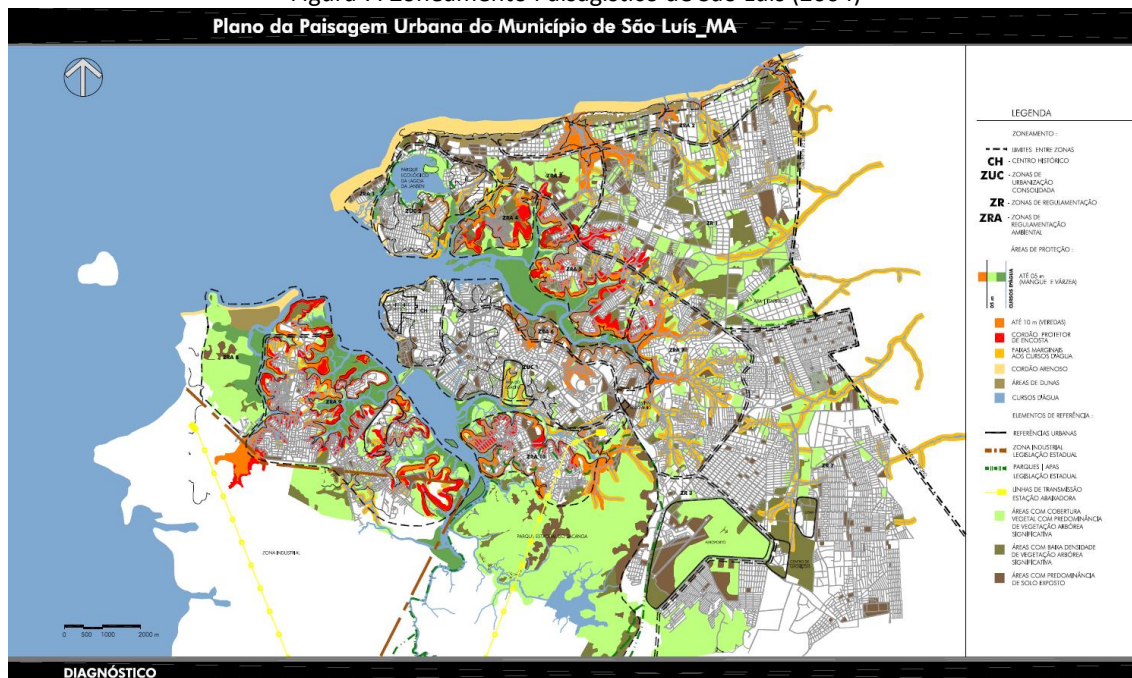
- Ocupações irregulares em áreas de manguezal e várzeas, especialmente ao longo dos rios Anil e Bacanga;
- Erosão de encostas e instabilidade de taludes nas zonas de relevo mais acentuado;
- Assoreamento e poluição hídrica, resultantes do lançamento de efluentes domésticos e resíduos sólidos em cursos d'água;
- Desmatamento e perda de cobertura vegetal, sobretudo nas bordas das zonas urbanizadas;
- Fragmentação dos espaços livres e das áreas verdes, reduzindo a conectividade ecológica e a permeabilidade do solo;
- Incompatibilidade de usos industriais, portuários e residenciais nas margens do Bacanga e nas imediações do Porto do Itaqui;
- Ausência de infraestrutura de drenagem e saneamento básico, agravando processos de inundação e contaminação ambiental.

A representação cartográfica permite compreender que os problemas ambientais e urbanos não se distribuem de forma homogênea, mas concentram-se em faixas de transição entre o meio natural e o tecido urbano consolidado, o que muitas vezes são as chamadas áreas de interface. Essas zonas de conflito evidenciam a falta de compatibilidade entre o crescimento urbano e a

Segundo o plano, “as áreas de conflito correspondem àquelas em que o uso atual do solo se mostra incompatível com as condições naturais de suporte, exigindo medidas específicas de controle e recuperação ambiental” (IMPUR/IPLAM, 2004, p. 85). A partir dessa constatação, o documento propõe que a leitura da paisagem sirva de base para a definição das zonas de regulamentação ambiental (ZRA), garantindo a compatibilização entre o uso do solo e a conservação dos ecossistemas.

3.4 Zoneamento paisagístico

Figura 7: Zoneamento Paisagístico de São Luís (2004)



Centro Histórico (CH): destinado à preservação do conjunto urbano tombado e de seu entorno paisagístico. O plano reconhece a paisagem histórica como elemento estruturante da identidade da cidade de São Luís, propondo diretrizes de valorização do patrimônio, requalificação dos

espaços livres e fortalecimento da relação entre o núcleo antigo e a frente d'água (IMPUR/IPLAM, 2004, p. 90).

Zonas de Urbanização Consolidada (ZUC): abrangem as áreas com ocupação densa e infraestrutura existente, como o Centro Expandido e o bairro do São Francisco. O plano propõe ações de requalificação urbana, ampliação das áreas verdes e melhoria da drenagem e do saneamento, buscando elevar a qualidade ambiental das áreas já urbanizadas.

Zonas de Regulamentação (ZR): correspondem às áreas suscetíveis à expansão urbana sob controle técnico e ambiental. Nelas, o plano recomenda a ocupação orientada por estudos de drenagem, relevo e cobertura vegetal, de modo a evitar novos processos de erosão, impermeabilização excessiva e degradação de margens fluviais.

Zonas de Regulamentação Ambiental (ZRA): configuram o núcleo estruturante do plano, reunindo áreas de alta sensibilidade ecológica e relevância paisagística. São territórios de interface entre os sistemas naturais e o tecido urbano, abrangendo dez subdivisões estratégicas, entre elas, as praias e dunas da Ponta d'Areia e do Calhau, as margens dos rios Anil e Bacanga, a Praia da Guia, o Coroadinho e a região de Santa Eulália. Essas zonas concentram manguezais, várzeas e encostas e também áreas de ocupação precária, constituindo pontos de conflito entre expansão urbana e preservação ambiental. O plano recomenda o controle rigoroso da ocupação, a criação de faixas de proteção, a recuperação de ecossistemas degradados e a promoção de usos compatíveis com a conservação (IMPUR/IPLAM, 2004, p. 97).

Importante destacar que as zonas definidas não correspondem a recortes administrativos convencionais, mas a unidades de paisagem derivadas da análise integrada entre relevo, drenagem, vegetação e padrões de ocupação. Essa abordagem expressa uma mudança metodológica em relação aos planos diretores tradicionais, pois considera a paisagem como um sistema dinâmico e interdependente. O zoneamento passa a representar relações ecológicas e funcionais, e não apenas restrições de uso.

Portanto, a Carta do Zoneamento Paisagístico sintetiza a organização territorial, evidenciando a sobreposição entre a estrutura natural da ilha e as formas de ocupação urbana. Assim, a leitura integrada do mapa revela que as ZRAs funcionam como cinturões ecológicos que permeiam as demais zonas, reforçando a ideia de que o planejamento urbano deve derivar da leitura da paisagem e de sua base biofísica.

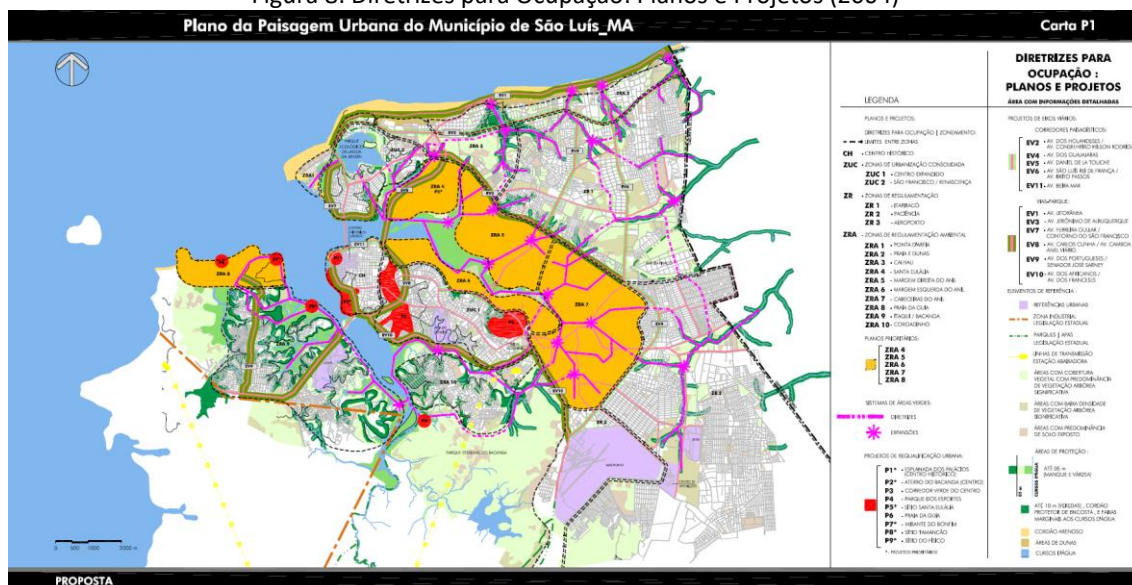
3.4 Diretrizes para Ocupação: Planos e Projetos

A etapa propositiva do Plano da Paisagem Urbana do Município de São Luís (IMPUR/IPLAM, 2004) consolidou-se na formulação das Diretrizes para Ocupação, representadas graficamente na Carta P1.

Essa carta sintetiza as estratégias espaciais do plano, articulando o zoneamento paisagístico, o sistema de áreas verdes e os projetos estruturantes, com o objetivo de orientar a urbanização de São Luís segundo critérios ambientais e de valorização da paisagem.

O mapa apresenta a cidade como um sistema de paisagens integradas, no qual os espaços livres, as bacias hidrográficas e os eixos viários estruturam o ordenamento territorial. As diretrizes visam compatibilizar expansão urbana, preservação ambiental e requalificação dos espaços existentes, propondo um modelo de crescimento que respeite a morfologia natural da ilha e seus ecossistemas costeiros (Figura 8).

Figura 8: Diretrizes para Ocupação: Planos e Projetos (2004)



Fonte: IMPUR/IPLAM, adaptado pelos autores (2026).

As Diretrizes para Ocupação se organizam em três níveis complementares, estruturando a proposta espacial do plano e traduzindo o princípio de que o território deve ser concebido como um sistema ambiental integrado. Essa hierarquia reflete o método adotado por Rosa Grena Kliass, que parte da leitura da base biofísica como relevo, drenagem e vegetação, para orientar as formas de uso e ocupação do solo.

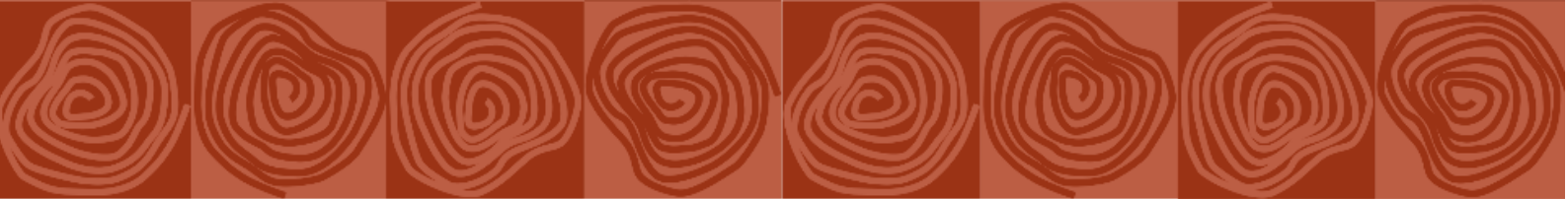
Assim, cada nível de diretriz estabelece um tipo de articulação entre natureza e urbanização: o Sistema de Áreas Verdes como infraestrutura ecológica; os Planos Setoriais Prioritários como instrumentos de recuperação e inclusão socioambiental; e os Projetos Estruturantes como ações de requalificação urbana e valorização da paisagem (Quadro 1).

Quadro 1: Nível de diretrizes para Ocupação

Nível de Diretriz	Descrição
Sistema de Áreas Verdes	Propõe a formação de uma rede contínua de parques, praças, unidades de conservação e corredores ecológicos interligados por vias-parque. Essa estrutura visa garantir a conectividade ambiental entre zonas urbanas e áreas de preservação, integrando drenagem, arborização e lazer.
Planos Setoriais Prioritários	Correspondem a zona de intervenção especial em áreas de maior fragilidade ambiental e social, como Santa Eulália, margens do Rio Anil, Praia da Guia e Sítio Tamancão. O plano recomenda ações integradas de recuperação ecológica, infraestrutura básica, regularização fundiária e inclusão social, priorizando o controle da expansão urbana sobre áreas de mangue e várzeas.
Projetos Estruturantes (P1–P9)	Compreendem nove intervenções estratégicas voltadas à requalificação ambiental e urbana, como o Aterro do Bacanga, o Corredor Verde do Centro e a Praia da Guia, que associam drenagem, lazer e mobilidade em uma estrutura integrada de infraestrutura verde. Eixos Viários (EV1–EV11): definidos como corredores estruturantes que articulam os espaços livres e orientam o crescimento urbano. Concebidos como vias-parque, associam mobilidade, drenagem, arborização e circulação não motorizada, antecipando princípios atuais de infraestrutura verde e mobilidade sustentável.

Fonte: IMPUR/IPLAM, elaborado pelos autores (2026).

Assim, a Carta P1 expressa a concepção sistêmica do plano: a cidade é compreendida como um



mosaico de ecossistemas interdependentes, no qual a forma urbana deve emergir das condicionantes naturais e da leitura da paisagem. Essa abordagem traduz o pensamento de Rosa Grena Kliass, que defendia o planejamento da paisagem como mediação entre o território físico e o uso social do espaço.

4 CONTRIBUIÇÃO DO PLANO

O Plano da Paisagem Urbana de São Luís (2004) representou uma das contribuições mais significativas para o planejamento urbano e ambiental da capital maranhense, ao introduzir a paisagem como categoria estruturante do território. Sua maior inovação foi substituir a lógica fragmentada do planejamento tradicional por uma visão sistêmica, na qual relevo, drenagem, vegetação, patrimônio cultural e formas de ocupação são interpretados como partes interdependentes de um único sistema ecológico e morfológico.

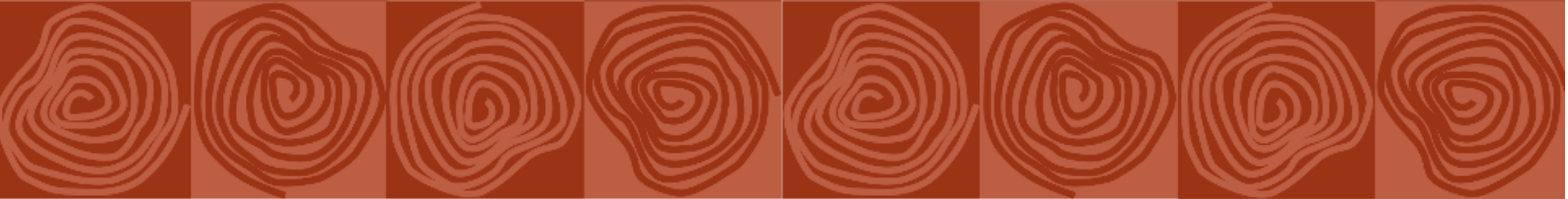
Essa mudança metodológica aproxima-se das abordagens do planejamento ecológico propostas por Ian McHarg (1969), ao considerar as características naturais do território como base para orientar as formas de ocupação urbana. A partir dessa perspectiva, a cidade passa a ser compreendida não apenas como um conjunto de setores urbanos, mas como uma estrutura dinâmica marcada pela relação contínua entre sociedade e natureza.

Um dos maiores aportes do plano foi a criação das Zonas de Regulamentação Ambiental (ZRA), até então inexistentes nos instrumentos municipais. Essas zonas trouxeram parâmetros técnicos para orientar a ocupação de áreas sensíveis, como margens dos rios Anil e Bacanga, regiões de dunas, praias, manguezais e encostas sujeitas à erosão. Com as ZRAs, a gestão pública passou a dispor de diretrizes claras para controlar a expansão urbana, definir áreas prioritárias de proteção e conduzir ações de recuperação ambiental.

Outra contribuição decisiva foi a formulação do zoneamento paisagístico, que superou a lógica administrativa tradicional ao organizar o território em unidades de paisagem derivadas de análises integradas do relevo, da drenagem, da vegetação, da morfologia e dos padrões de ocupação. Esse zoneamento, dividido em Centro Histórico (CH), Zonas de Urbanização Consolidada (ZUC), Zonas de Regulamentação (ZR) e Zonas de Regulamentação Ambiental (ZRA), constituiu uma ferramenta estratégica para orientar a gestão urbana com base no sistema ambiental da ilha, e não apenas em delimitações burocráticas. Ele permitiu que a prefeitura relacionasse preservação, requalificação urbana e expansão controlada de forma coerente com a realidade ecológica de São Luís, fortalecendo a paisagem como instrumento técnico e político de planejamento.

O Plano da Paisagem também se destacou por propor uma rede contínua de áreas verdes e corredores ecológicos articulados pela drenagem natural e pela vegetação remanescente, antecipando conceitos contemporâneos de infraestrutura verde. Ao conceber parques, praças, unidades de conservação e vias-parque como partes de um mesmo sistema, o plano ofereceu um modelo espacial capaz de integrar drenagem, lazer, arborização, mobilidade e preservação ecológica. Essa abordagem foi expressiva para o município, pois ofereceu soluções estruturais para problemas recorrentes, como alagamentos, impermeabilização excessiva, perda de biodiversidade e fragmentação dos espaços livres. A concepção de uma estrutura verde municipal colocou a paisagem no centro das políticas de mobilidade, saneamento e qualificação urbana, e não apenas como elemento estético ou complementar.

O documento também contribuiu significativamente ao valorizar a paisagem cultural de São Luís. Ao reconhecer as relações visuais entre o Centro Histórico, o mar, os rios, os mirantes



naturais e os marcos da cidade, o plano incorporou a dimensão perceptiva e simbólica da paisagem ao planejamento urbano. Essa abordagem dialoga com a compreensão da paisagem como experiência cultural e sensorial, conforme discutido por Cosgrove (1998), ampliando o entendimento do patrimônio para além da materialidade edificada. Dessa forma, o plano integra valores simbólicos e identitários às decisões de ordenamento territorial.

Do ponto de vista metodológico, o plano introduziu um modelo baseado em cartografias temáticas detalhadas, diagnósticos integrados e sínteses gráficas claras, tornando-se referência para a prática profissional e para a formação acadêmica. Sua metodologia, ancorada na leitura biofísica do território, se consolidou como exemplo didático, contribuindo para pesquisadores, estudantes e profissionais que buscam compreender a relação entre paisagem, urbanização e ecossistemas naturais. Assim, sua influência ultrapassa o contexto municipal, inserindo-se no debate nacional sobre planejamento da paisagem.

Vale enfatizar que estudos recentes sobre a Bacia do Bacanga demonstram que muitas das fragilidades identificadas no Plano da Paisagem Urbana de São Luís permanecem atuais, especialmente no que se refere à ocupação irregular das margens, à supressão da vegetação e aos conflitos entre expansão urbana e capacidade de suporte ecológico (Santiago, 2023). Essa permanência evidencia não apenas a relevância do diagnóstico elaborado por Kliass, mas também a urgência de retomar seus princípios como base estruturante para o planejamento contemporâneo da cidade.

Em síntese, o Plano da Paisagem Urbana de São Luís contribuiu de forma positiva na maneira de planejar a cidade, ao estruturar instrumentos de controle ambiental, ao propor um modelo urbano orientado pelas condicionantes naturais e ao antecipar debates contemporâneos. Seu legado permanece atual porque oferece caminhos para enfrentar os desafios ambientais de São Luís, sobretudo nas áreas mais vulneráveis, como Anil, Bacanga e Itaqui-Bacanga, reafirmando a importância da perspectiva defendida por Rosa Grena Kliass para o planejamento urbano brasileiro contemporâneo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Plano da Paisagem Urbana de São Luís (2004) permitiu compreender que sua principal contribuição não se limita às diretrizes propostas, mas reside na forma como a paisagem é utilizada como base estruturante do planejamento urbano. Ao articular a leitura das condicionantes biofísicas com as dinâmicas de ocupação, o plano estabelece uma lógica de ordenamento territorial orientada pela compatibilização entre meio físico e uso urbano, antecipando abordagens que hoje ganham centralidade no debate contemporâneo.

Nesse sentido, o estudo demonstra que o plano de Rosa Grena Kliass ultrapassa sua condição de instrumento técnico localizado, configurando-se como uma referência metodológica para o planejamento da paisagem no Brasil. Sua abordagem evidencia a possibilidade de construção de modelos urbanos mais integrados aos sistemas naturais, ao mesmo tempo em que reforça o papel da paisagem como mediadora entre processos ecológicos e práticas sociais.

Entretanto, a permanência de diversos conflitos identificados no plano indica limites relacionados à sua implementação, evidenciando a distância entre formulação e prática no contexto do planejamento urbano brasileiro. Esse aspecto reforça a necessidade de revisitar seus princípios não apenas como referência conceitual, mas como base para ações concretas de requalificação territorial, especialmente em áreas ambientalmente sensíveis.

Do ponto de vista profissional, o plano reafirma a importância da atuação do arquiteto paisagista

na interpretação do território e na definição de diretrizes que considerem a complexidade dos sistemas naturais. Já no âmbito acadêmico, o estudo contribui ao evidenciar a atualidade de abordagens sistêmicas e ao reforçar a necessidade de fortalecer o diálogo entre planejamento urbano e planejamento da paisagem no contexto brasileiro.

No marco dos 50 anos da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP), revisitar o Plano da Paisagem Urbana de São Luís também significa reconhecer o papel de Rosa Grena Kliass na consolidação do paisagismo como campo técnico, científico e político no Brasil. Sua atuação evidencia a importância da paisagem como instrumento de mediação entre sociedade e natureza, reafirmando sua relevância diante dos desafios contemporâneos do planejamento urbano.

Por fim, destacam-se como possibilidades de aprofundamento estudos voltados à análise da aplicação das diretrizes propostas no plano, bem como à investigação de estratégias que permitam sua atualização frente às dinâmicas urbanas contemporâneas. Tais desdobramentos podem contribuir para ampliar a compreensão da paisagem urbana em São Luís e para fortalecer práticas de planejamento mais integradas às condições ambientais do território.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao REURB – Núcleo de Estudos Urbanos da Universidade Federal de Uberlândia e ao LUPA – Laboratório Urbano da Paisagem da Universidade Federal do Piauí, pelo apoio institucional, científico e técnico ao desenvolvimento da pesquisa. Agradecem, ainda, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio às atividades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas. Carta Brasileira da Paisagem. Brasília: ABAP, 2010. Disponível em: https://www.abap.org.br/abap/wp-content/uploads/2022/07/CARTA_BRASILEIRA_DA_PAISAGEM.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape**. Univ of Wisconsin Press, 1998.

KLIASS, Rosa Grena. **Rosa Kliass: desenhando paisagens, moldando uma profissão**. Editora SENAC São Paulo, 2019.

SANCHES, Aline Coelho; RUGGIERO, Amanda Saba; SCHENK, Luciana Bongiovanni Martins. **Rosa Kliass**. Revista DOCOMOMO Brasil, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 93–102, dez. 2022.

IMPUR; IPLAM; OIKOS ARQUITETOS ASSOCIADOS. **Plano da Paisagem Urbana de São Luís**. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís, 2004.

STILGOE, J. R. **What is landscape?** A lexicon and guide for discovering the essence of landscape. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2015.

SANTIAGO, Denise Rodrigues. **Análise da paisagem ribeirinha e uma proposta de qualificação ambiental na Lagoa do Bacanga, São Luís – Maranhão: preservação e valorização**. 2023. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos metodológicos da Geografia. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos).

MACEDO, S. S. **Paisagem, urbanização e litoral: do éden à cidade**. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MCHARG, Ian L. **Design with nature**. New York: American Museum of Natural History, 1969.